



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

A “NEUTRALIDADE CONSERVADORA” NA ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL: CLASSE, RAÇA, GÊNERO NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM UMA FAVELA CARIOCA NA DÉCADA DE 1940

LENISE LIMA FERNANDES ¹

RESUMO:

Após enfatizar as dimensões de classe, raça e gênero nos contornos da questão social no Brasil e da moradia no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX, este trabalho retoma publicações do Serviço Social à época e analisa a incidência dos processos históricos de exploração, dominação e opressão em curso no país sobre a ação profissional em uma favela carioca, na década de 1940.

Palavras-chave: Conservadorismo, Serviço Social, Favelas

ABSTRACT:

After emphasizing the dimensions of class, race and gender in the contours of the social issue in Brazil and housing in Rio de Janeiro, in the first half of the 20th century, this work revisits publications from Social Work and analyzes the impact of historical processes of exploitation, domination and oppression in the country on professional action at a slum in Rio de Janeiro, during the 1940s.

Keywords: Conservatism, Social Work, Slums

1. INTRODUÇÃO

Tomar a realidade enquanto totalidade historicamente determinada, essencialmente complexa e dinâmica, síntese de múltiplas determinações, é a perspectiva que inspira este trabalho.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em consonância, a abordagem teórico-metodológica que embasa as reflexões que compartilhamos pressupõe o exercício intelectual permanente, guiado pela busca de novas determinações e novas mediações no estudo de processos e fenômenos sociais.

A partir de contexto relativamente recente, o Serviço Social tem pautado a relevância política e intelectual de captarmos os nexos do racismo (ABEPSS, 2018) e do patriarcalismo (EURICO e outros, 2021) na formação social brasileira, visando fortalecer uma orientação profissional efetivamente comprometida com a superação de relações sociais fundadas na articulação entre exploração, dominação e opressão. Com isso, passamos a reconhecer que classe, raça e gênero são dimensões estruturalmente interligadas que definem configurações assumidas pela questão social no país, forjadas pelo lugar historicamente dependente desta economia no desenvolvimento mundial do modo de produção capitalista. Se hoje este debate atravessa os movimentos da categoria profissional e os ultrapassa, fortalecendo conquistas importantes no enfrentamento de contradições e desigualdades seculares, incompatíveis com a efetiva emancipação humana, isso não ocorria no contexto de origem da profissão no Brasil.

Em alinhamento com este debate, consideramos pertinente revisitar registros dos primeiros anos do Serviço Social, quando o conservadorismo embasava nossa formação profissional e naturalizava noções sustentadas por ideologias excludentes, arraigadas em nossa sociedade. Em pesquisa de pós-doutorado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, propusemos examinar referências ao exercício profissional de assistentes sociais em favelas, até a década de 1960, para neles identificar possíveis rebatimentos da reprodução entrelaçada de mecanismos de exploração, dominação e opressão, tema pouco aprofundado¹ nos estudos da profissão referentes àquele período. Partimos da indagação: como as alusões sobre classe, raça e gênero apareciam nas publicações (acadêmicas ou não) referentes à atuação profissional de assistentes sociais nas favelas cariocas? Neste artigo, apresentamos a análise sobre alguns dos trabalhos levantados: destacamos 4 textos sobre formação em Serviço Social, produzidos nas décadas de 1930 e 1940, e 1 texto sobre o exercício profissional em uma favela carioca. A escolha por este recorte se

¹ Ao investirmos na pesquisa bibliográfica sobre o tema e retornarmos aos textos elaborados no período correspondente ao recorte da pesquisa, nosso propósito não é conferir mecanicamente os conteúdos já divulgados e reconhecidos sobre o assunto em tela. Neste movimento, ainda que o presente estudo possa reafirmar aspectos já avaliados por outros – sobre os quais inclusive nos apoiamos – visamos examinar as fontes originais a partir de um novo enfoque, definido pelos objetivos desta pesquisa em particular, o que certamente nos possibilita evidenciar aspectos inovadores sobre o tema.

justifica para que possamos discutir, com maior profundidade, as incidências conjunturais e estruturais na perspectiva profissional naquele período.

Entre as múltiplas formas de expressão da questão social no modo de produção capitalista, as favelas historicamente se destacam junto a outras experiências habitacionais precárias no mundo (DAVIS, 2006). Embora o surgimento e a consolidação das favelas sejam fenômenos inerentes ao desenvolvimento das cidades no capitalismo, ainda hoje persistem enfoques reducionistas que abordam tais ocorrências como mero “problema de moradia”. No Brasil, sobretudo na primeira metade do século XX, esta visão mobilizava leituras da questão social nutridas por noções eugenistas, higienistas e sanitaristas (SCHEFFER, 2020). Deste modo, esta sociedade, que aboliu formalmente o regime de trabalho escravo e adotou novas formas de exploração, dominação e opressão a partir do trabalho “livre” (MOURA, 2024; IANNI, 1996), juntou ideias de “democracia racial” e narrativas discriminatórias às imagens produzidas sobre favelados/as, majoritariamente negros/as, neutralizando as possibilidades de elaboração das políticas habitacional e urbana numa vertente inclusiva. Como as favelas materializavam as expressões da questão social no espaço urbano, seus/suas habitantes e modos de vida foram indicados como foco para a “ação reparadora” do Serviço Social quase que concomitantemente ao surgimento da profissão, integrando um campo progressivamente ampliado para o exercício profissional naquelas políticas (PAZ; DINIZ, 2020).

O estudo das conexões entre o trabalho do Serviço Social e as favelas no século passado ainda se justifica porque, a despeito de grandes alterações societárias registradas ao longo deste tempo, diversas continuidades marcam esta trajetória. Entendemos que lá estavam mais explícitas as bases do conservadorismo que, “reatualizando” seus argumentos no ininterrupto movimento de preservação/ressignificação de seus valores, segue disputando adesões em nossa sociedade hoje. Estudos com tal perspectiva histórica nos ajudam a compreender que tanto as relações sociais, que fundam a realidade, quanto as interpretações dominantes referentes a elas se ancoram na criação e na reprodução de complexos mecanismos de exploração, dominação e opressão que, articulados, nutrem, aprofundam e perpetuam visões de mundo, valores sociais e padrões de sociabilidades excludentes, sustentando condições favoráveis ao desenvolvimento capitalista (MOURA, 2021). Por isso, mesmo em pleno século XXI, atitudes e falas de natureza machista, sexista e racista superam casos isolados e encontram esteio na propagação do pensamento ultraconservador, no Brasil e no cenário internacional, fortalecendo o projeto político-econômico neoliberal voltado à expansão da acumulação na fase



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

atual do capitalismo. Por fim, retornar à origem da profissão, tema sobre o qual dispomos de análises reconhecidas pelo Serviço Social brasileiro, resulta também das reflexões que tais estudos nos provocam, e que nos impelem a ampliar suas descobertas, a partir das indagações que elaboramos hoje.

Assim, o desenvolvimento deste trabalho traz nossas reflexões em três (3) itens: primeiro, abordamos as disputas socioespaciais travadas na primeira metade do século XX na cidade do Rio de Janeiro – capital do Brasil – como expressões de conflitos estruturais do capitalismo, considerando as dimensões de classe, raça e gênero na formação social brasileira e na configuração da questão social, que situa a inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho no país, enquanto economia dependente; a seguir, tomando as relações de exploração, dominação e opressão ratificadas à época pelo pensamento conservador como condicionantes questão social, no Brasil, analisamos a influência destes elementos nos processos iniciais de formação e institucionalização do trabalho de assistentes sociais; para encerrar, concentramos nossa análise sobre a “tese” apresentada em 1942 pela assistente social Maria Hortência Nascimento Silva, ao final de seu curso no Instituto de Educação Familiar e Social, hoje Departamento de Serviço Social da PUC-RJ, intitulada “Impressões de uma assistente social sobre o trabalho na favela”. Num contexto importante, quando as favelas já expunham a necessidade de moradia digna para setores populares e a expansão das cidades demandava uma política habitacional e urbana inclusiva, este trabalho foi divulgado com destaque, apesar de apresentar conteúdo explicitamente atravessado por valores que justificavam as relações de exploração, dominação e opressão hegemônicas.

Nas considerações finais, dialogamos com estudos anteriores a este e ressaltamos outras determinações históricas que, relevantes no processo de formação profissional, nos levam a afirmar que o processo sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2011) impactava as avaliações e diagnósticos formulados por assistentes sociais sobre as vidas nas favelas, induzindo à negação de aspectos da realidade pela combinação de elementos contraditórios em suas narrativas e fortalecendo a reprodução de uma “neutralidade conservadora”, como pudemos constatar no trabalho especificamente analisado.

2. CIDADE, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL ATÉ O ESTADO NOVO

Ao menos no Brasil, o senso comum sempre replicou a falsa ideia de que o pobre se contenta com qualquer moradia. Supomos que esta “reificação” equivalha a outras apontadas por Moura (2021), ligando a etnia negra às situações de pobreza, exploração e delinquência que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

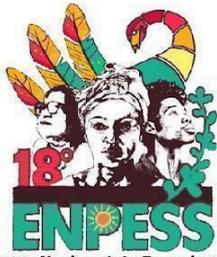
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

marcam as vidas de tantos/as. Mas a falta de acesso a moradias dignas, bens e serviços oferecidos nas cidades, assim como a uma ampla gama de direitos, não decorre apenas de um poder econômico reduzido, que impede a aquisição de “mercadorias” de melhor qualidade. Ultrapassar a ilusão dessa “forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1999: 94) é essencial para entendermos que a produção das cidades e da habitação expressa a materialização das relações sociais capitalistas no espaço urbano. No Brasil, este processo agrega especificidades. As contradições inerentes à nossa posição histórica como economia que foi colonizada e permanece dependente no contexto capitalista; a formação social forjada pela interação imposta a distintas raças/etnias; os mecanismos de exploração, dominação e opressão estruturalmente tecidos para viabilizar o controle social, são condições que definem a produção das cidades brasileiras e as disputas pela ocupação e pelo uso do espaço urbano.

Conforme Bonduki (1994), na República Velha a produção de moradias era assumida pela iniciativa privada. A elite proprietária via na locação de imóveis uma rentabilidade segura para seus recursos, numa economia urbana ainda subordinada ao êxito da agroexportação, mas em que o Estado não regravava os contratos de inquilinato. Assim, na segunda metade do século XIX, os cortiços se destacaram entre as habitações coletivas edificadas no centro da cidade, onde imigrantes, trabalhadores livres e escravos de ganho disputavam trabalho.

(...) mesmo porque, para grande parte da população ativa, constituída de vendedores ambulantes e de prestadores dos mais variados serviços, o trabalho não existia enquanto local, mas só aparecia como decorrência das demandas advindas da aglomeração de um grande número de pessoas e de atividades econômicas. E isto ocorria quase que exclusivamente no centro, razão pela qual o número de cortiços e quartos continuava a crescer nas freguesias centrais, não importando que as condições da morada fossem, aí, as mais precárias possíveis. (ABREU, 2003, p. 213)

Ao fim do século XIX, porém, os altos custos sociais e econômicos do crescimento urbano já excludente se intensificaram pelas condições dadas ao fim do sistema escravocrata. Entre outros aspectos, o total abandono dos escravizados libertos impôs a este segmento as piores condições de sobrevivência: não receberam qualquer suporte para um engajamento efetivo nos processos de trabalho e numa sociabilidade que lhes era estranha; não detinham as condições necessárias para constituir outro tipo de ordenação social em que não fossem explorados e oprimidos (MOURA, 2021). Somadas às outras que destacamos, tais alterações sociais e econômicas evidenciaram que o acesso da população à moradia e o lugar dos distintos grupos sociais na cidade estavam submetidos aos interesses de valorização do capital. Neste contexto, o discurso dominante apontava os cortiços como foco de epidemias e de agitações populares, instigando o Estado a agir repressivamente junto às moradias precárias, mediante



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ações sanitárias e policiais justificadas pela necessidade de controle dos riscos de alta insalubridade urbana - como ocorreu em 1893 com o maior cortiço da cidade, o “Cabeça de Porco”, na gestão de Barata Ribeiro². Voltado à progressiva demolição de cortiços³, o Estado passou a subsidiar o empresariado na construção de casas operárias. Embora também fossem habitações coletivas, as vilas eram geridas por regulamentos rígidos do Ministério do Interior e das próprias fábricas, permitindo maior controle sobre o operariado, impedido, por exemplo, de participar nas crescentes manifestações organizativas e políticas.

Para alavancar a adequação da cidade do Rio de Janeiro às exigências da expansão capitalista, na gestão de Pereira Passos entre os anos de 1903 e 1906, o Estado realizou duas reformas integradas com intervenções que priorizaram o controle da circulação e dos padrões urbanístico. Ainda conforme Abreu (2003), estas intervenções atingiram diretamente o cotidiano dos setores populares: submeteram moradores à vacinação compulsória (rebatida pela Revolta da Vacina, em 1907), dizimaram antigas localidades onde encontravam trabalho e residência, inibiram serviços e atividades remuneradas oriundas do comércio ambulante e outras práticas informais, reprimiram costumes e hábitos de uma diversidade social e cultural heterogênea, traços considerados não compatíveis com o novo modelo urbano implantado. Remodelando a cidade, o Estado valorizou o solo urbano⁴, estimulou o setor da construção civil, ampliou as ofertas de empregos assalariados e criou novos pontos de atração para a mão-de-obra disponível. Mas continuou negando as necessidades habitacionais dos mais pobres, aprofundou as desigualdades materializadas no espaço urbano e contribuiu para o adensamento de áreas de moradia precária, como as favelas, que cresciam a despeito das mudanças na cidade. Num movimento aparentemente contraditório, mas que era expressão inconteste do racismo estrutural, o Estado – mesmo pós República Velha – continuou tratando essa parcela da população pela combinação de

² Conforme Valladares (2000) e outros autores, alguns moradores desalojados do “Cabeça de Porco” teriam se deslocado imediatamente para o morro próximo, onde uma das proprietárias do cortiço demolido disponibilizou os lotes que possuía para construções, mantendo alguns de seus inquilinos. Em 1897, chefes militares autorizaram soldados sobreviventes de Canudos e suas famílias a se instalarem nesse local, que passou a se chamar Morro da Favella, e no Morro de Santo Antônio.

³ As narrativas dos pensamentos eugenista e higienista expunham um segmento da população que a classe dominante preferiria ignorar. Articuladas, enfatizavam a falta de higiene nas moradias precárias e a miscigenação das raças como geradoras de impurezas e doenças (TONIOLO, 2022), julgando estas pessoas pelos prejuízos que causavam à cidade e ao desenvolvimento socioeconômico do país.

⁴ Medidas legais, voltadas à produção de moradias das classes alta e média, geraram a especulação imobiliária: em 1928, legislou-se sobre a venda de apartamentos; em 1933, fixou-se o juro máximo para financiamento imobiliário em 10%; em 1937, regulamentou-se a compra a prestação. (MELO, 2008)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

medidas de “tolerância” e de uso da força⁵, transformando as favelas, conforme Valladares (2000), num “problema social”⁶.

Esta breve referência à urbanização e à modernização do Rio de Janeiro, capital do país, evidencia como o racismo estrutural foi nutrido pelo pensamento conservador, moldando princípios para o planejamento da cidade e no trato de moradias precárias. Isso bloqueou qualquer possível elaboração de políticas habitacionais e urbanas contundentes (BONDUKI, 1994) e democráticas (LIRA, 1999). Cientificamente validadas, as noções discriminatórias e negacionistas respaldaram leituras sobre outras áreas de expressão da questão social, reforçando mecanismos de dominação e de opressão nelas embutidos. Para Scheffer (2020), o debate intelectual sobre a questão social da Velha República até a Era Vargas agrupava

(...) os intelectuais da defesa da existência da questão social enquanto expressão do conflito capital x trabalho; outros como processo natural das desigualdades sociais ao longo da história, devido à constituição étnica-racial, como foi o caso de Oliveira Vianna; e, por fim, o grupo que argumentava sua existência devido ao baixo desenvolvimento tecnológico. (Idem, 65)

Fato é que o agravamento das expressões da questão social, efeito cumulativo dos conflitos políticos dos anos de 1920, dos impactos econômicos da crise de 1929 na expansão capitalista, do processo de industrialização no país e da 2ª guerra Mundial, gerou as condições sociais, econômicas e políticas propícias à origem do Serviço Social⁷, entre outras profissões liberais (TONIOLO, 2022). Conforme Netto (1996), para sustentar seu projeto societário, a burguesia capturou o Estado e, na fase dos monopólios, articulou de forma orgânica suas funções econômicas e políticas: garantiu condições à acumulação e à valorização do capital, mas reconheceu direitos sociais da população, conforme a correlação de forças. Para firmar a ideia de consenso entre as classes apresentou as políticas sociais como meio supostamente justo e democrático para equilibrar desigualdades sociais (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983).

⁵ Entre 1926 e 1927, Mattos Pimenta liderou, junto ao Estado, uma forte campanha contra as favelas, tomadas como “lepra da estética”, articulando o discurso médico-higienista ao pensamento urbanístico em ascensão; em 1930, o plano Agache orientou nova remodelação do Rio de Janeiro, sugerindo a extinção das favelas; em 1937, o Código de Obras reconheceu a existência das favelas apenas para determinar o controle de seu crescimento, proibindo novas construções (VALLADARES, 2000).

⁶ Destacamos reações artísticas em contrário, como o choro “Cabeça de Porco”, composto em 1896 pelo músico Anacleto de Medeiros e a tela “Morro da Favela”, pintada por Tarsila do Amaral em 1924.

⁷ O surgimento de um novo ofício na dinâmica histórica da divisão social e técnica do trabalho coletivo remete a processos inerentes à essência do desenvolvimento humano. Afinal, quando o ser social transforma a natureza para satisfazer as suas necessidades, engendra movimentos e relações sociais que transformam sua realidade e, simultaneamente, sua própria natureza (MARX, 1999).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Afirmamos, então, que a constituição do Serviço Social no Brasil, como profissão formatada nas primeiras unidades de ensino⁸ em processo articulado à criação das primeiras instituições socioassistenciais⁹ durante o Estado Novo, integrou visceralmente o processo sociometabólico do capital, respondendo às exigências sociais internas do país e ao seu lugar no panorama econômico internacional, àquela época. Em comum, estes cursos traziam como parâmetro o controle social que, não se restringindo a moradores/as de favelas, por certo encontravam neste segmento social sua “clientela” mais frequentemente atendida.

3. PARÂMETROS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

A perspectiva de análise exposta nos guia na revisão de noções e valores presentes em textos sobre a formação do Serviço Social, produzidos nas décadas de 1930 e 1940. O material datado no período e os estudos contemporâneos destacam a Pontifícia Universidade Católica do Brasil e a Legião Brasileira de Assistência na produção de conteúdos e no suporte organizacional dos primeiros cursos¹⁰ no Rio de Janeiro e outros estados do país.

Para Maria Hortência N. Silva¹¹, “(...) uma definição completa de Serviço Social deve encará-lo, sob o ponto de vista científico, e sob o ponto de vista dos fins, e dos meios para realizar estes fins” (SILVA, 1941, p. 32). Inquéritos e visitas domiciliares eram funções específicas da/o assistente social, cumpridas para verificar condições de vida e padrões morais familiares. Levando à descoberta das causas de “deficiências” e “desajustamentos”, poderiam respaldar ações para adequar as pessoas aos espaços de trabalho e convívio. O Serviço Social, como técnica apoiada em conhecimentos compartilhados por outras ciências, exigiria preparo em escolas específicas para exercer sua aptidão orientada aos indivíduos e meios ou quadros sociais, desempenhando sua natureza específica, sobretudo prática.

⁸ A releitura de Fontoura (1959), Iamamoto e Carvalho (1983), Castro (1984), Pinheiro (1985), Bravo e Freire (2014) e Machado (2021), entre outras/os, indica a criação de diversos cursos de Serviço Social no país, e principalmente no Rio de Janeiro, entre em 1936 e 1945.

⁹ Conforme Iamamoto e Carvalho (1983), entre as primeiras instituições socioassistenciais criadas no Brasil estão a Legião Brasileira de Assistência (LBA), 1942; o Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (SENAI), 1942; o Serviço Nacional do Comércio (SENAC), o Serviço Social da Indústria (SESI) e a Fundação Leão XIII, 1946. Elas evidenciam o “recorte” das expressões da questão social pelo modo como seus respectivos projetos de atendimento à população estão delineados.

¹⁰ Os primeiros cursos/escolas formavam assistentes sociais, visitadoras sociais, educadoras familiares, nutricionistas e puericultoras como técnicas/os em métodos e atividades de “Serviços Sociais” (PINHEIRO, 1985). A Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953 regulamentou o ensino e o exercício de Assistentes Sociais e Agentes Sociais no Brasil, referenciando a organização e o funcionamento das Escolas de Serviço Social como cursos de ensino superior pelo disposto no Decreto-lei nº 421, de 11 de maio de 1938, e no Decreto-lei nº 2.076, de 8 de março de 1940.

¹¹ Na data desta publicação, a autora cursava Serviço Social no Instituto Social, hoje Departamento de Serviço Social da PUC-RJ, e realizava estágio na Prefeitura do Rio de Janeiro.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em relação ao indivíduo o Serviço Social procura adaptá-lo ou readaptá-lo à vida normal. Encontram-se famílias que vivem fora do ambiente social ignorantes de qualquer progresso, sem preocupação de responsabilidade de qualquer ordem. São esses desajustados que deverão ser preparados para tomar parte na vida em coletividade. (...) Agindo sobre o meio, o verdadeiro Serviço Social vai dar seu rendimento máximo e característico, procurando aperfeiçoar os quadros sociais, de acordo com as necessidades que surgem, cada vez mais complexas com as condições de vida. (ibidem)

Neste texto, a autora não expôs sua perspectiva sobre “o indivíduo” e “seu meio”, mas discriminava as condições de vida da classe trabalhadora, atribuídas às falhas morais. De forma naturalizada, a concepção de profissão apresentada reafirmava a moralização das diferenças de classe a partir da *visão social de mundo*¹² (LÖWY, 2013) da classe dominante.

Em 1943, a Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência em Pernambuco organizou o Curso Intensivo de Serviço Social voltado às “legionárias” dos Centros Municipais vinculados à instituição. O material síntese do curso incluiu o resumo das aulas e de parte do livro de René Sand, “Serviço Social através do mundo”, destacando a definição de Serviço Social sintetizada na 1ª Conferência Internacional, realizada em 1928, em Paris: conjunto de esforços para aliviar sofrimentos provenientes da miséria; reconduzir indivíduos e famílias às condições normais de existência; prevenir flagelos sociais; amenizar condições sociais e elevar o nível da existência. A falha de adaptação do homem ao seu meio explicaria a miséria:

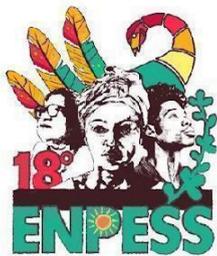
A preguiça, a intemperança, a vagabundagem, a criminalidade arrastam à miséria; mas a origem desses defeitos se acha, de ordinário, numa infância negligenciada, sacrificada, às vezes mesmo pervertida de taras patológicas, ou uma combinação desses dois fatores. Demais torna-se bem difícil separar na miséria as causas morais das causas físicas, ou fatores individuais dos coletivos. (LBA, 1943, p. 23)

Apesar de reconhecer a “complexidade das diversas causas da miséria” e citar entre elas aspectos inerentes à exploração do trabalho no capitalismo (insuficiência salarial, falta de cobertura previdenciária, desemprego e crises temporárias nas indústrias), afirmava-se a incapacidade dos indivíduos na superação destes desafios por problemas de ordem moral.

Em 1945, Nadir Gouveia Kfoury¹³ publicou trabalho voltado ao exercício da profissão. Nele, relatava a troca de colaborações e serviços entre profissionais já diplomadas/os em São Paulo com outras unidades de ensino no Brasil e enfatizava a escassez de publicações sobre Serviço Social na língua portuguesa. Sintetizando a proposta do “serviço social dos casos individuais”, expôs conceitos, principais áreas de ação e procedimentos considerados fundamentais para realizar o “reajustamento de um caso”: o estudo, o diagnóstico e o tratamento

¹² Conceito usado em sentido amplo e atribuído como estilo de pensamento socialmente condicionado.

¹³ Ainda aluna da Escola de Serviço Social de São Paulo, hoje Faculdade de Serviço Social PUC/SP, Kfoury compôs o corpo editorial do número inaugural da revista *Serviço Social*, publicado em janeiro de 1939. À época do artigo citado, era docente desta mesma unidade de ensino.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

social¹⁴. Quanto ao Histórico Social sobre o “cliente”, considerava primordial “(...) fazer com que o cliente compreenda o motivo pelo qual precisa dar as informações pedidas e, portanto, conscientemente participe do processo” (KFOURY, 1945, p. 132).

Embora a autora recomendasse que os interesses e os limites postos “pelo cliente” fossem respeitados, o trecho destacado indica a perspectiva de controle social como prerrogativa já tacitamente incorporada pela profissão. Contudo, como a ênfase do texto foi direcionada à dimensão “técnica” da abordagem, a autora não se refere de forma explícita a aspectos de classe, raça e gênero relativos aos/às “clientes” genericamente referidos/as.

No livro publicado por Fontoura¹⁵, o Serviço Social seria um conjunto de técnicas voltadas ao objetivo de “(...)ajustar a personalidade humana, no sentido do seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral e social, com o fim de tornar o homem mais feliz e proporcionar maior bem-estar à comunidade” (FONTOURA, 1949, p. 61). Para ele, o objeto do serviço social era o homem, a expansão da personalidade humana no âmbito de uma comunidade organizada, capaz de oferecer soluções sociais aos indivíduos desajustados.

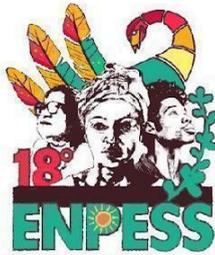
(...) não compete ao Serviço Social a reforma das estruturas sociais. Ele se vale dos recursos da comunidade: organiza, planeja, articula tais recursos. Mas não vai ao ponto de pretender reformar a organização social. O reajustamento dos quadros sociais, que envolve problemas de base econômica e política, já não é da competência do Serviço Social e sim da Ação Social. (Idem, p. 65)

Para Fontoura, as orientações possíveis no estudo das relações entre o homem e a sociedade seriam: a filosofia individualista (atribuída ao liberalismo, com centralidade absoluta do indivíduo), a doutrina coletivista (atribuída às formas totalitárias – nazismo, fascismo e comunismo –, onde o indivíduo “é nada”) e a filosofia personalista (atribuída à democracia social cristã, que subordinaria o indivíduo à coletividade). Na defesa desta última perspectiva, o autor afirmava como fundamentos “ético-sociais” do serviço social que todo indivíduo, como pessoa humana, deveria possuir o direito de encontrar na sociedade os meios necessários ao seu desenvolvimento, e o dever de oferecer apoio a quem precisasse.

Vemos que, os trechos acima transcritos, retirados de um conjunto mais extenso de publicações, reafirmavam explicações genéricas sobre a necessidade do serviço social como profissão voltada a tratar os supostos desajustamentos sociais. “Casos” e “quadros sociais”, ditos patológicos, eram atribuídos às condições materiais precárias de vida e/ou fragilidades individuais,

¹⁴ Kfoury se baseou em Mary Ellen Richmond, Amy Gordon Hamilton e Potter Raymond Lee, referências norte-americanas, mas não informou os títulos e os anos das publicações utilizadas.

¹⁵ Na apresentação do autor, esta publicação informa seu vínculo como professor do Departamento de Serviço Social da PUC/RJ, na Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro, entre outros.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

não remetidos a contradições estruturais do capitalismo. As diferenças de ordem moral, “males gerados pela pobreza”¹⁶, eram desenraizadas dos vínculos socioculturais dos sujeitos sociais que as portavam, exibidas como desviantes dos padrões de normalidade; os “problemas sociais”, vistos como episódios particulares condicionados àquelas existências individuais. Assim, preconceitos de classe encobriam preconceitos étnico-raciais e de gênero, amalgamados de modo implícito pela imbricação estruturante do racismo e do patriarcalismo nas relações sociais vigentes. A dimensão socioeducativa da profissão, com perspectiva coercitiva e disciplinadora¹⁷, era valorizada por favorecer ao estabelecimento de uma relação de tutela para com a população atendida e à desmobilização da expressão de conflitos, postos e/ou latentes, impulsionados pelas contradições sociais (IAMAMOTO, 1994). Além disso, vemos que a influência dos modelos franco-belga e norte-americano – fosse nos processos e vínculos que originaram as primeiras escolas, fosse pelo uso de bibliografia não referenciada nas particularidades da formação social brasileira – contribuiu para reforçar uma elaboração argumentativa exógena e “previamente concebida” nas leituras que as/os assistentes sociais deveriam fazer da realidade que encontrariam nos seus distintos espaços sócio-ocupacionais.

Tais elementos confirmaram a intrínseca relação entre as configurações da questão social, as atribuições, as demandas e as requisições postas à profissão. Para aprofundar esta análise, vejamos como tais conexões incidiram na experiência de uma profissional numa favela carioca, espaço de moradia que concentrava boa parte da “clientela” do Serviço Social.

4. A “NEUTRALIDADE CONSERVADORA” E A AÇÃO PROFISSIONAL NA FAVELA

O trabalho de assistentes sociais nas favelas se inicia nos anos de 1930 (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983; BACKX, 1994; SCHEFFER, 2020), quando os projetos urbanísticos da cidade demandam um/a agente representante do poder público, capacitado/a para mobilizar recursos materiais e veicular orientações socioeducativas junto a afetados pelas intervenções em curso. Vejamos, então, como traços daquele contexto rebatiam na visão de uma assistente social sobre moradores/as de uma favela do Rio de Janeiro, ao início dos anos de 1940.

¹⁶ A ênfase no indivíduo e nos “problemas” enfrentados em seu “meio” imediato era fundada no modo fragmentado de abordar a questão social, negando os múltiplos nexos que conformavam sua totalidade.

¹⁷ Conforme Iamamoto (1994), o perfil disciplinador acarreta numa ação profissional inclinada a transformar a maneira de ver, agir, sentir e se comportar da “clientela” atendida, para assim aproximá-las, tanto quanto possível, do modo de viver e pensar considerado adequado pela classe dominante. Correspondendo a este perfil, o assistente social dá consistência à imagem do profissional da coerção e do consenso, encobrendo pelo caráter técnico a dimensão política de sua ação.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em publicação organizada pela Secretaria Geral de Saúde e Assistência subordinada à então Prefeitura do Distrito Federal, Maria Hortência do Nascimento Silva teve divulgada a sua “tese de conclusão de curso”, apresentada em 1942 ao Instituto Social. Nela, a autora afirmava que a favela não era problema típico do Brasil. “Bairros imundos” proliferavam rapidamente pelo mundo, sem higiene, progresso e conforto, colocando os demais habitantes das cidades em condições de “enorme atraso urbanístico”. Para ela, as favelas situadas nos morros eram mais numerosas porque os terrenos, menos acessíveis, eram mais baratos¹⁸. Silva apontava a condição socioeconômica miserável, individual ou familiar, como principal causa de formação da favela, embora reconhecesse aspectos mais amplos destacados neste artigo, como a valorização de terrenos, a substituição de casas por prédios, o aumento de aluguéis, a presença de fábricas e obras de grande porte que atraíam trabalhadores residente em áreas distantes, mas que não garantiam moradia para eles. Sem procurar forjar qualquer “neutralidade científica”, enfatizava “impressões” sobre o cotidiano da favela que refletiam as ideologias de rejeição étnica e social, identificadas por Moura (2024) como um dos recursos de dominação usados para manter a submissão dos/as negros/as pós-abolição:

(...) os cronistas se encantam pelo morro e o enaltecem, fazem dele um fenômeno típico, a visitar por todos aqueles que querem conhecer o verdadeiro Brasil. (...) Toda a ignorância e fetichismo dos pobres desgraçados só acrescenta maior sabor ao fenômeno, a ‘Macumba’, a ‘Mandinga’ são cantadas em prosa e verso. Quando o ‘Morro’ dá uma exibição de sua dança bárbara, então o sucesso chega ao máximo. Filma-se aquela pretaria alucinada pelo batuque ensurdecedor, a contorcer-se e requebrar-se como fanáticos, numa demonstração de sensualidade desenfreada de instintos selvagens que os escravizavam a seu bárbaro passado. (...) A vida, para eles, se organiza como se o mundo cá embaixo não existisse, a malandragem é uma profissão regularizada, e o samba o meio de vida. (SILVA, 1942, p. 8-9 e 11)

Enquanto estagiária da Prefeitura, considerava a favela do Largo da Memória como marca da miséria no “agradável bairro” do Jardim Botânico: “(...) chaga horrível encravada no meio de zona tão próspera” (Ibidem, p.19). A repulsa a aspectos daquela realidade superava a eventual empatia. Citava traços “típicos e interessantes”: a iluminação noturna a querosene; a “birosca”, onde mulheres e filhos menores atendiam; a venda “fiada”; moradores de “tipos curiosos”, com vidas tristes ou de superação; os violeiros à porta ou aos fundos das casas. “O branco raramente canta. Mas o negro não dispensa suas cantigas. (...) quase sempre um canto indolente, de letra estropiada, com uma cadência repetida, qual o batuque africano.” (Ibidem, p. 30). Enaltecia as mulheres que trabalhavam arduamente fora ou na favela, mesmo em condições adversas, mas criticava sobretudo as “mulatas” ante aos padrões dominantes. O trecho seguinte

¹⁸ “Nos morros”, citava da Mangueira, do Salgueiro, do Cantagalo, da Saúde, do Cabrito, do Querozene, do Boréu e Ladeira dos Tabajaras. No “plano”, Praia do Pinto, Praia do Cajú e Buraco Quente (Gávea).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ilustra aspectos abordados por Moura (2021) quando o autor critica a ideologia da “democracia racial”, analisa o casamento interétnico, a miscigenação e o lugar atribuído às mulheres negras e mestiças na sociedade brasileira, mesmo no capitalismo:

Elas não terão o que comer, mas as unhas estão vermelhas, como também os lábios, com pintura ordinária; e das orelhas caem uns brincos de bola, comprados no turco da esquina. É um misto curioso de um falso modernismo, vulgar, com grande dose de atavismo que as prende às características da raça. Na favela, as mulheres fumam muito mais que os homens; é rara a negra, por mais pernóstica e arrumada, que não tenha o seu cachimbo. Pela tardinha, então, sentadas à porta da casa, com o pito pendurado a um canto da boca, conversam sobre o ‘andamento’ da vida (...) Se olharmos para o interior das casas, vemos que a louça ainda está suja e a cama por fazer; mas elas ali ficam como se nada mais de útil as solicitasse, ou como se já tivessem feito mais do que a obrigação. Enquanto isso, as crianças, soltas pelo morro, sujas e malcuidadas, adquirem maus costumes, criam-se sujeitas a todas as más influências, são ‘filhos órfãos de pais vivos’.” (SILVA, 1942, p. 31)

Para “tratar tantos males”, a Prefeitura mapeou as condições de vida locais e usou os dados, mesmo com lacunas, para justificar a remoção da favela. Antes de desmontar as casas e retirar seus habitantes, a Prefeitura demandou ao Serviço Social um recenseamento para subsidiar as ações futuras. Registraram nome, situação, sexo, cor, idade, estado civil, nacionalidade, profissão, local de trabalho e “ordenado” de cada morador/a¹⁹. Conforme Silva, a participação do Serviço Social no processo de remoção foi recebida com grande expectativa: “A questão das favelas empolga o governo no momento; se nós a resolvermos, impor-nos-emos e ensinaremos a todos o quanto podemos realizar. Se nos desempenharmos bem, outras tarefas nos serão confiadas e nosso campo de ação se estenderá.” (Ibidem, p. 45). Dada a valorização do terreno que pertencia à própria Prefeitura, o desmonte da favela era visto como benéfico a todos, desde que os moradores tivessem “um mínimo de perdas.” Entretanto, após as primeiras demolições, a remoção foi evitada pela luta dos moradores para permanecerem no local. Mobilizada pela ideia de justiça social, nos limites do sentido proposto a este valor pelo humanismo cristão, Silva considerou injusto que eles continuassem ali,

(...) amontoados naqueles sórdidos barracos, mergulhados na imundice que predispõe ao vício. (...) tais indivíduos são cidadãos, com uma alma igual à nossa, com seus direitos e necessidades. (...) nem sempre o favelado é malandro; o mais das vezes é luta pela vida, a miséria, a moléstia e a fome que obrigam o indivíduo a descer até a favela; uma vez aí, poucos se levantam. (...) Filho de uma raça castigada, o nosso negro, malandro de hoje, traz sobre os ombros uma herança mórbida por demais pesada para que a sacuda sem auxílio, vivendo no mesmo ambiente de misérias e privações; não é sua culpa se antes

¹⁹ Ao fim do trabalho, Silva identificou 1.619 moradoras/es: 832 mulheres e 787 homens; 561 pretas/os, 480 pardas/os, 360 brancas/os, 6 amarelas/os e 212 não declaradas/os; 619 crianças não trabalhavam; entre outras respostas, 614 trabalhavam, 329 não declararam e 67 estavam desempregadas/os (13 por doença); 683 tinham até 15 anos de idade, 309 de 15 a 25 anos, 498 de 25 a 50 anos, 104 acima de 50 anos e 25 não declaradas. Entre quem recebia salário nas profissões mais recorrentes, 182 eram empregadas domésticas, 152 operários de fábrica, 40 lavadeiras, 47 serventes, 54 desempregadas/os.

deles os seus padeceram na senzala, e curaram suas moléstias com rezas e mandingas. (Ibidem, p. 61-62)

Para Silva, a solução do grave “problema da habitação popular no Brasil” deveria combinar “educação do povo” e “construções de casas baratas”. Considerando as dificuldades em prover moradia a baixo custo para um contingente elevado da população, Silva propunha que as/os assistentes sociais mobilizassem recursos institucionais existentes para atender as necessidades das pessoas e reajustá-las dignamente. Com o apoio de educadoras familiares, ofereceriam cursos e empregos: para homens, ofícios de lavadores de carros, encanadores, copeiros ou jardineiros; para mulheres e meninas, noções sobre melhorias do lar, “qualidades domésticas”, capacitação como lavadeiras, cozinheiras, costureiras, transmitindo a cada uma “(...) conhecimentos práticos indispensáveis para ser uma boa criada.” (Ibidem, p. 68)

A autora concluiu seu trabalho propondo uma “metodologia de ação” no campo habitacional:

(...) o primeiro cuidado deve ser colocar a família num ambiente normal, para então poder adaptá-la às novas condições de vida. É, porém, um trabalho quase concomitante, pois antes da entrega da casa, devem ser ministradas algumas instruções essenciais, a fim de que o morador esteja preparado para tomar posse da nova habitação, tão diferente da antiga. É impossível prescindir da educação para resolver satisfatoriamente a situação da família operária. (Ibidem, p. 90)

Ainda que procurasse atenuar o racismo e o machismo contidos em seu discurso, os últimos trechos destacados de Silva confirmam a reprodução do “*mito do mau cidadão negro*”. Conforme Moura (2021), ele se perpetua no julgamento moral e social que a *ideologia* dominante *branca* forja para desqualificá-lo e por outras barreiras criadas (incluindo distintas formas de disciplinamento) para que sua integração social ocorra de modo subordinado:

Os negros que habitam as favelas, os mucambos, os cortiços, os alagados, os pardieiros são mantidos como exército industrial de reserva de mão-de-obra não qualificada para forçar, no plano econômico, a segurança de níveis mínimos aos trabalhadores já engajados no processo de trabalho. (MOURA, 2021, p. 117)

Cabe ressaltar que diversas questões e perspectivas de abordagem trazidas a partir do enfoque específico no trabalho de Maria Hortência do Nascimento Silva, produzido em 1942, eram recorrentes em outros trabalhos publicados por assistentes sociais (RIBEIRO, 1944), visitadoras (VIEIRA, 2013) e educadoras familiares (CHAGAS, 1946), assim como por instituições como a LBA e a Fundação Leão XIII (FUNDAÇÃO LEÃO XIII, 1950), sobre os problemas de moradia no cotidiano dos trabalhadores até o fim dos anos de 1940, no Rio de Janeiro. Além dos aspectos abordados acerca da reprodução de noções que reforçavam padrões e condutas de exploração, dominação e opressão vigentes, observamos outros traços de continuidade entre aquele tempo histórico e os dias atuais, como ocorre com a proposta de “ajustamento social” formulada por Silva



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

para os reassentamentos habitacionais. Embora impregnada de preconceitos e bastante limitada no tocante à compreensão da relação entre o ser social e seu espaço de moradia, versões semelhantes ainda servem de base a programas e projetos contemporâneos que demandam o Trabalho Social na habitação, colocando a categoria profissional na permanente tensão entre os interesses do capital e as possibilidades de uma práxis profissional crítica e eticamente comprometida com os direitos sociais (PAZ; DINIZ, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomarmos, neste artigo, a análise de publicações produzidas nas décadas de 1930 e 1940 acerca da formação em Serviço Social e do exercício profissional em favela uma favela carioca, pudemos evidenciar tanto condições conjunturais, posteriormente alteradas, quanto estruturais, observadas ainda hoje sob novas roupagens. Ratificamos conhecimentos anteriores sobre as bases articuladas para o enfrentamento da questão social no Brasil que, na primeira metade do século XX, incluíram o Serviço Social como especialização profissional na divisão social do trabalho coletivo, com orientações filosóficas alinhadas aos interesses e à visão de mundo da classe dominante – apesar da heterogeneidade sociocultural e política existente –, visando ao controle social na dinâmica expansionista do capitalismo no país. Mas quando tomamos o trabalho profissional à luz das expressões da questão social na cidade e no acesso dos pobres à moradia, identificamos outras determinações históricas cujos nexos com a profissão foram ainda pouco explorados – em especial, os reflexos do racismo e do patriarcalismo no “olhar” profissional sobre as favelas e seus/as moradores/as. Não caberia cogitar o grau de consciência implicado na adesão das/os assistentes sociais às referências recebidas naquele contexto. Assim, analisarmos o alinhamento entre o pensamento social dominante, as avaliações e os encaminhamentos registrados nos textos selecionados.

Demonstramos que a visão conservadora sobre os “problemas sociais” reproduzida na profissão, até os anos de 1940, não foi talhada apenas pelo embasamento da formação técnico-acadêmica oferecida, que “blindava” conteúdos teórico-políticos críticos aos padrões sociais vigentes. Tal formação, de fato, nutria nas/os assistentes sociais a falsa ideia de que garantiam uma postura de “neutralidade” perante os “problemas sociais”. Mas constatamos que sobre tal postura incidiam determinações conjunturais e estruturais, pois estava integrada a uma totalidade social mais ampla. Afinal, o pensamento profissional, em geral, e as ações junto às favelas naquela época respondiam a narrativas, legislações e outros mecanismos criados para garantir uma sociabilidade específica, com uma forma de cidade correspondente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Neste sentido, as/os assistentes sociais foram instituídos e instituintes na ampla engrenagem do processo sociometabólico do capital, cujo movimento incluía e ultrapassava o protagonismo de instituições específicas, como a Igreja Católica ou a LBA. Permeando a sociabilidade brasileira, apesar de suas explícitas contradições, tal engrenagem escamoteou aspectos da realidade para reforçar o controle social necessário à reprodução das relações de exploração, dominação e opressão estabelecidas pelo capitalismo, somando aos “novos” padrões outros que foram ressignificados, porque gerados em fases anteriores da própria história do país. Somadas ao conservadorismo que, por origem ou identificação, marcava o perfil das/os profissionais no período focado, tais condições levaram as/os assistentes sociais a combinarem elementos contraditórios em suas avaliações, inibindo as possibilidades de criação de um diálogo efetivo entre estas/es profissionais e as vivências sociais cotidianas da classe trabalhadora, na qual elas/es não se reconheciam, num período histórico de imensa relevância social e política, porque nele começavam a ser delineados os princípios e as medidas que definiriam, a partir dos anos de 1950, o início da política habitacional no país.

Acreditamos que nos anos iniciais da profissão – quando as/os assistentes sociais ainda não se viam como sujeito profissional coletivo com autonomia intelectual e política para contestar os parâmetros formativos impostos pelos agentes que as/os moldavam como mão-de-obra – foi inevitável que tais profissionais adotassem uma “neutralidade conservadora”, isto é, que sob a falsa imagem da neutralidade técnica e intelectual reproduzissem valores e condutas consonantes às relações de exploração, dominação e opressão em curso no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Subsídios Para o Debate Sobre a Questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social**. 2018. http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812_04_1419427146430.pdf. Acesso em: 10 março 2019.
- ABREU, M. A. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 210-234, 2003.
- BACKX, S. S. **Serviço Social: reexaminando sua história**. Rio de Janeiro: Editora AS, 1994.
- BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, v. 29, n. 128, p. 711-732, 1994.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- BRAVO, M. I. S.; FREIRE, S. M. O protagonismo das unidades de Serviço Social do Rio de Janeiro. *In*: VELOSO, R.S. et al. (orgs). **Trajatória da Faculdade de Serviço Social da Uerj: 70 anos de história**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.
- CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo, Cortez/CELAT'S, 1984.
- CHAGAS, R. **Educação Familiar e Serviço Social**. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1946.
- DAVIS, M. **Planeta favela**. Tradução por Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.
- EURICO, M. C. et al. Formação em serviço social: relações patriarcais de gênero, feminismos, raça/etnia e sexualidades. **Temporalis**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 293 - 303, 2021.
- FONTOURA, A. **Introdução ao Serviço Social**. Rio de Janeiro, Marcel Beerens, 1949.
- IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1994.
- _____; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2ª ed., São Paulo: Cortez/CELATS, 1983.
- IANNI, O. **A Ideia de Brasil Moderno**. 2ª ed., Editora Brasiliense, São Paulo, 1996.
- KFOURY, N. G. A Técnica do Serviço Social de Casos Individuais. **Serviço Social**, São Paulo, n. 38, 1945.
- FUNDAÇÃO LEÃO XIII. **Morros e Favelas: como trabalha a Fundação Leão XIII: notas e relatórios do exercício de 1949**. A Fundação, Rio de Janeiro, 1950.
- LIRA, J. T. C. O Urbanismo e o Seu Outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. L.], N. 1, P. 47, 1999.
- LÖWY, M. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 8ª ed., São Paulo, Cortez, 2003.
- MACHADO, G. S. **Serviço Social na Cadência da Memória das Pioneiras Cariocas** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2021.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I**. 17ª ed., Tradução por Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- MELO, M. A. B. C. Política de habitação e populismo: o caso da Fundação da Casa Popular. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 39-61, 2008.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2ª ed, São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOURA, C. **O Negro: de bom escravo a mau cidadão?**. 2ª ed., São Paulo: Dandara, 2021.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- _____. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 4ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2024.
- NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2ª ed., S. Paulo: Cortez, 1996.
- PAZ, R. D. O.; DINIZ, T. M. R. G. (Orgs). **Serviço social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições**. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.
- PINHEIRO, M. E. **Serviço Social: uma interpretação do pioneirismo no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UERJ, 1985.
- RIBEIRO, M. S. A. **O Problema da Habitação Popular Visto por uma Assistente Social**. Trabalho de Conclusão de Curso - Instituto Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1944.
- SCHEFFER, G. **Serviço Social, Formação Brasileira e Questão Social: relações de exploração-opressão**. Curitiba: CRV, 2020.
- SILVA, M. H. N. **Impressões de uma Assistente Social sobre o Trabalho na Favela**. Tese - Instituto Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, Sec. Geral de Saúde e Assistência, Gráfica Sauer, 1942.
- _____. Assistência e Serviço Social. **Revista do Serviço Público**, v.4, n.3, p. 31-37, 1941.
- TONIOLO, C. **Profissões e Serviço Social: surgimento e regulamentação ética no Brasil**. Curitiba: CRV, 2022.
- VALLADARES, L. A Gênese da Favela Carioca: a produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, P. 5-34, out. 2000.
- VIEIRA, A. L. **"A colaboração lhe bate à porta..."**: visitadoras sociais e a biopolítica no cotidiano operário (1944-1953). Rio de Janeiro: EdUERJ: Fundação Biblioteca Nacional, 2013.